



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 310,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615,00
A 1.ª série	Kz: 277 900,00
A 2.ª série	Kz: 145 500,00
A 3.ª série	Kz: 115 470,00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresanacional@impresanacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site www.impresanacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

SUMÁRIO

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 4522/14:

Nomela Carlos dos Santos Francisco, António Sebastião Francisco Simão, Manuel António Neto e Manuel Francisco Gonçalves Gomes para os respectivos cargos de Adido de Defesa junto da Embaixada da República de Angola na República Federal Democrática de Etiópia e União Africana, Adido de Defesa junto da Embaixada da República de Angola na República da África do Sul, Adido de Defesa junto da Embaixada da República de Angola na República Democrática do Congo e Adido de Defesa junto da Embaixada da República de Angola na República da Guiné-Bissau.

Ministério da Administração do Território

Despacho n.º 4523/14:

Desvincula Elsa Josefa Gaspar Fernandes da Costa, Técnica de 3.ª Classe, do quadro de pessoal deste Ministério.

Despacho n.º 4524/14:

Nomeia Miguel Miezi Maria Capitão para o cargo de Chefe de Departamento de Organização do Território, da Direcção Nacional de Organização do Território, deste Ministério.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Despacho n.º 4525/14:

Desvincula Luísa Alfredo, Chefe de Secção, colocada na Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, por tempo de serviço.

Despacho n.º 4526/14:

Desvincula Maria Filomena Fernandes Guedes, Auxiliar de Limpeza Principal, colocada no Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Kwanza-Sul, por tempo de serviço.

Despacho n.º 4527/14:

Desvincula Maria de Fátima Gaspar, Operária Qualificada de 2.ª Classe, colocada na Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, por tempo de serviço.

Despacho n.º 4528/14:

Transfere Edna Vanessa Cardoso Neto, Escrivã de Direito de 3.ª Classe, para o Ministério das Finanças.

Despacho n.º 4529/14:

Concede licença registada a Dilma Antónia Reis Esteves Chuva, 2.ª Ajudante de Notário, colocada no 3.º Cartório Notarial de Luanda.

Despacho n.º 4530/14:

Nomeia Esmeralda de Jesus Matcus Marques da Costa Mangueira para as funções de Coordenadora Administrativa do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

Despacho n.º 4531/14:

Nomeia Adão Henriques Marcelino Alexandre da Silva para as funções de Coordenador dos Serviços de Mediação e Conciliação do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

Despacho n.º 4532/14:

Nomeia Custódio da Graça Moreira João para as funções de Coordenador do Serviço de Arbitragem do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

Despacho n.º 4533/14:

Nomeia Osvaldo Alexandre Mendes Pedro para as funções de Coordenador dos Serviços de Informação e Consulta Jurídicas do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

Ministério da Agricultura

Despacho n.º 4534/14:

Cede em regime de destacamento Maria Manuela dos Prazeres João, Técnica Média de 3.ª Classe, para o Ministério das Pescas.

Despacho n.º 4535/14:

Cede em regime de destacamento Johnson Morais Segunda, Técnico Médio de 3.ª Classe, do Instituto de Desenvolvimento Agrário para o Governo Provincial do Kwanza-Sul.

Ministério dos Petróleos

Despacho n.º 4536/14:

Nomeia Hélder Mário Gonçalves da Silva para o cargo de Motorista Pessoal do Secretário de Estado dos Petróleos para a Inspeção e Documentação.

Ministério do Comércio

Despacho n.º 4537/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Marcos Lopes Quitumba vinha exercendo nas funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Interno.

Despacho n.º 4538/14:

Integra em regime de transferência Teresa Benedito Contreiras, no quadro deste Ministério, com a categoria de Subinspectora de 3.ª Classe.

Despacho n.º 4539/14:

Nomeia Adilson Pascoal Neto da Costa para as funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Interno, categoria de Motorista de Ligeiros Principal.

Despacho n.º 4540/14:

Nomeia Maria Liana Monteiro de Carvalho Neto para o cargo de Departamento de Recursos Humanos e Tecnologia de Informação.

Despacho n.º 4541/14:

Nomeia Marcos Evangelista de Jesus para o cargo de Departamento de Administração e Finanças.

Ministério da Construção

Despacho n.º 4542/14:

Nomeia Margarida Severino da Silva para a função de Técnica de Informática, com categoria de Técnica de 3.ª Classe, no Gabinete do Secretário de Estado da Construção.

Ministério do Urbanismo e Habitação

Despacho n.º 4543/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Usias Raimundo Chivinho vinha exercendo no cargo de Chefe de Secção de Estudo e Assessoria Legislativa do Gabinete Jurídico deste Ministério.

Ministério da Energia e Águas

Despacho n.º 4544/14:

Nomeia António Pilartes Gomes Pereira para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe do quadro de pessoal da Autoridade Reguladora de Energia Atómica.

Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação

Despacho n.º 4545/14:

Exonera Domingos Vieira de Oliveira do cargo de Chefe de Secção de Património do Departamento de Administração e Serviços Gerais do Instituto de Telecomunicações Administrativas — INATEL.

Despacho n.º 4546/14:

Transfere Domingos Vieira de Oliveira, Técnico Médio Principal de 1.ª Classe, do Instituto de Telecomunicações Administrativas — INATEL para o Governo Provincial de Malanje.

Ministério da Ciência e Tecnologia

Despacho n.º 4547/14:

Exonera Maria Luísa Pinto Nunes Duarte Morais do cargo de Consultora no Gabinete da Ministra.

Despacho n.º 4548/14:

Exonera Gerson Domingos Mutunda Mário das funções de Técnico de Informática, no Gabinete do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

Despacho n.º 4549/14:

Nomeia Sara Cristina Bernardo Solano Costa Cunha para o cargo de Consultora da Ministra.

Ministério da Comunicação Social

Despacho n.º 4550/14:

Desvincula Manuel Maria Albino, Assessor Principal, do quadro de pessoal deste Ministério.

Despacho n.º 4551/14:

Desvincula António José Quipungo, Técnico Médio de 3.ª Classe, do quadro de pessoal do Cefojor.

Ministério da Educação

Despacho n.º 4552/14:

Desvincula António Cabral Machado, Ângela Mariana de Sousa, António Azevedo Quissongo Gando, Benedito Quibuca, Domingas Francisco João Agostinho, Epifânio Nzambi Manuel, Fernando Manuel, Isabel

João Francisco António, João Quissema, Maria Adelaide Fernandes Cafála, Mariano António Barros, Maria Miguel Fernandes Martins, Laurinda Nicolau Baptista, Rosa Angélica Morais Vieira, Sebastião Augusto Francisco e Pedro Baptista Messani, Professores do I e II Ciclos do Ensino Secundário Diplomado, dos quadros deste Ministério, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 4553/14:

Sanciona Andrea Iris Merino Vilar, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, com pena de demissão.

Despacho n.º 4554/14:

Sanciona Nsacalo Domingos Maceu, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, com pena de demissão.

Despacho n.º 4555/14:

Sanciona Jaime Kafuma Katchokota Ventura, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, colocado no Instituto Médio Politécnico de Cacuaco n.º 4072, com pena de demissão.

Despacho n.º 4556/14:

Sanciona Avidio dos Santos, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, colocado no Instituto Médio Industrial de Luanda, com a pena de multa.

Despacho n.º 4557/14:

Sanciona José Pedro Paulo, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, com pena de multa.

Despacho n.º 4558/14:

Reenquadra João Alberto Floriano Donito, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, afecto ao Instituto Médio Politécnico «Alda Lara», no quadro deste Ministério.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 4559/14:

Promove Maria Fernanda Sebastião Quitumbo para a categoria de 1.ª Oficial, do quadro de pessoal do regime geral deste Ministério.

Despacho n.º 4560/14:

Promove Edna Lucília Pereira Martins da Cruz para a categoria de Técnica Média de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do regime geral do Arquivo Nacional de Angola, deste Ministério.

Governo Provincial de Luanda

Resolução n.º 104/14:

Aprova a reorganização da Unidade Técnica e Comunitária de Cacuaco, adiante designada abreviadamente «UTCOM — Cacuaco» e o seu Estatuto Orgânico. — Revoga as disposições que contrariam o presente Diploma.

Despacho n.º 4561/14:

Exonera Heitor Jorge da Piedade do cargo de Chefe de Departamento Financeiro da Secretaria deste Governo.

Despacho n.º 4562/14:

Nomeia Rui Josefo Duarte para o cargo de Assessor do Governador Provincial de Luanda para a Área Técnica.

Governo Provincial de Benguela

Despacho n.º 4563/14:

Exonera Paulo Sapalo do cargo de Director da Escola do Ensino Primário de Kacuta, Município do Cubal.

Despacho n.º 4564/14:

Exonera Domingos Manjili das funções de Director da Escola Primária de Tchavolongua, no Município do Chongoroi.

Despacho n.º 4565/14:

Demite Edmilson dos Reis Mateus D'Almeida Técnico de 3.ª Classe, do quadro de pessoal da Administração Municipal do Cubal, por abandono de lugar.

Despacho n.º 4566/14:

Demite Inês de Nazaré Pilartes da Silva Escriturária-Dactilógrafa, do quadro de pessoal da Administração Municipal do Cubal, por abandono de lugar.

Despacho n.º 4567/14:

Dá por finda a comissão de serviço que Paulo Viana vinha exercendo na Direcção Provincial da Saúde de Benguela.

Despacho n.º 4568/14:

Desvincula Paulo Sapalo, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, colocado na Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4569/14:

Desvincula Francelina Lialavo Binji, Auxiliar de Limpeza Principal, colocada na Escola Nacional de Formação Rodoviária, Comandante Zaji, Município do Lobito, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4570/14:

Desvincula José Wombande, Operário Qualificado de 1.ª Classe, colocado na Administração Municipal da Ganda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4571/14:

Desvincula Sapalo Mosso Braz, Operário Qualificado de 2.ª Classe, colocado na Administração Municipal da Ganda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4572/14:

Desvincula Tomás Kahunjo, Encarregado Qualificado, colocado na Administração Municipal da Ganda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4573/14:

Desvincula José Paulo Monteiro, 3.º Oficial Administrativo, colocado na Administração Municipal da Ganda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4574/14:

Desvincula Daniel Esmael, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, colocado na Secção Municipal de Educação, no Município do Chongoroi, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4575/14:

Desvincula Domingos Muhango, Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe, colocado na Escola do I Nível 10 de Dezembro, no Município da Baía Farta, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4576/14:

Desvincula Emiliano António, Professor do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 1.º Escalão, colocado na Escola do I Nível Mártires, no Município da Ganda, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4577/14:

Desvincula Joaquim Cambanda, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, colocado na Repartição Municipal de Educação do Balombo, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4578/14:

Desvincula Teresa Londjundju, Escriturária-Dactilógrafa, colocada na Escola do I Nível da Taka, no Município de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4579/14:

Desvincula Teresa Catumbo, Auxiliar Administrativa de Segunda, colocada na Escola do I Nível do Cotei, no Município de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4580/14:

Desvincula Rosa Ngueve, Auxiliar Administrativa de Segunda, colocada na Escola do I Nível n.º 109, no Município de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4581/14:

Desvincula Maria Paula Gaspar, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 6.º Escalão, colocada na Escola do I e II Níveis n.º 239 Graça, no Município de Benguela, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4582/14:

Desvincula João Alfredo, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, colocado na Secção Municipal de Educação, no Município do Chongoroi, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4583/14:

Desvincula Maria Mariana, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomado do 1.º Escalão, colocada na Coordenação Escolar Comunal do Dombe Grande, no Município da Baía Farta, para efeitos de aposentação.

Despacho n.º 4584/14:

Transfere Feliciano Ngueve dos Santos Francisco Kongombo, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário, Diplomada do 6.º Escalão, do Município do Balombo para o Município do Lobito.

Despacho n.º 4585/14:

Concede licença ilimitada a Erene Gizela Neves Dela Cruz, Escriturária-Dactilógrafa, colocada na Direcção Provincial da Saúde de Benguela.

Governo Provincial de Malanje**Despacho n.º 4586/14:**

Nomeia Basílio Matamba Queta Quitunga, Domingos Pacheco Vundi, Filomena Pedro Sicondo, Janeth Damião Manuel, Laurinda José Balanga e Manuel Francisco António da Silva, para a categoria de Professores do Ensino Primário Auxiliar, do 2.º e 6.º Escalões.

Despacho n.º 4587/14:

Nomeia Antónia Cabral Ribeiro, Maria António José e Teresa Sebastião Manuel para a categoria de Professores do Ensino Primário, Diplomados do 3.º e 4.º Escalões.

**Inspeção Geral
da Administração do Estado****Despacho n.º 4588/14:**

Dá por finda a comissão de serviço que João Nascimento Bernardo vinha exercendo como Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe na residência do Inspector Geral da Administração do Estado.

Instituto Nacional de Estudos Judiciários**Despacho n.º 4589/14:**

Nomeia José Morais da Fonseca para o cargo de Chefe de Departamento Administrativo e Serviços Gerais.

Despacho n.º 4590/14:

Nomeia Conceição Caculo Andrade para as funções de Chefe da Secção Pedagógica.

Despacho n.º 4591/14:

Nomeia Isabel Miguel Gonçalves Longa para as funções de Chefe da Secção de Pessoal.

Instituto para o Sector Empresarial Público**Despacho n.º 4592/14:**

Nomeia definitivamente Joaquina Elisa Soares Monteiro Rodrigues para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe.

Despacho n.º 4593/14:

Nomeia definitivamente Constância dos Prazeres Ferreira Joaquim para a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe.

Despacho n.º 4594/14:

Nomeia provisoriamente Sílvia Glória da Silva para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe.

**ANIP — Agência Nacional
para o Investimento Privado****Resolução n.º 105/14:**

Aprova o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Metalúrgica Nacional, Limitada» no valor global de USD 2.000.000,00, no Regime Contratual.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Despacho n.º 4522/14
de 10 de Novembro**

Por conveniência de serviço público:

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea e) do artigo 15.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, determino:

1. É o NIP 10032192 Coronel (FAN) Carlos Santos Francisco nomeado para exercer cargo de Adido de Defesa junto da Embaixada da República de Angola na República Federal Democrática de Etiópia e União Africana;
2. É o NIP 40082392 Coronel (EXE) António Sebastião Francisco Simão nomeado para exercer cargo de Adido de Defesa junto da Embaixada da República de Angola na República da África do Sul;
3. É o NIP 44771893 Coronel (EXE) Manuel António Neto nomeado para exercer o cargo de Adido de Defesa junto da Embaixada da República de Angola na República Democrática do Congo;
4. É o NIP 42117693 Tenente-Coronel (EXE) Manuel Francisco Gonçalves Gomes nomeado para exercer o cargo de Adido de Defesa-Adjunto junto da Embaixada da República de Angola na República da África do Sul.
5. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Setembro de 2014.

O Ministro, *João Manuel Gonçalves Lourenço*.

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DO TERRITÓRIO****Despacho n.º 4523/14
de 10 de Novembro**

Nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 29 do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, do Conselho de Ministros, que estabelece a relação jurídica do emprego na Administração Pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e da competência que me é atribuída pela alínea q) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 Janeiro, determino:

1. É Elsa Josefa Gaspar Fernandes da Costa, com a categoria de Técnica de 3.ª Classe, antes colocada na Direcção Nacional de Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais, desvinculada no quadro de pessoal deste Ministério, a seu pedido.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

Despacho n.º 4524/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviços públicos;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com alínea q), do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro, determino:

1. É Miguel Miezi Maria Capitão nomeado no cargo de Chefe de Departamento de Organização do Território, da Direcção Nacional de Organização do Território, deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Bornito de Sousa Baltazar Diogo*.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS****Despacho n.º 4525/14**
de 10 de Novembro

Tendo Luísa Alfredo, Chefe de Secção, colocada na Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, atingido mais de 35 anos de serviço;

Existindo a necessidade de se estabelecer os procedimentos para a aposentação do referido Magistrado Judicial, de acordo com o Decreto n.º 40/08, de 2 de Julho, sobre a protecção na velhice através da atribuição da pensão de reforma por velhice;

No uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — Sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril e a Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro — Lei de Bases da Protecção Social e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Luísa Alfredo, Chefe de Secção, colocada na Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, desvinculada por tempo de serviço, nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril.

Publique-se.

Luanda, 9 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguêira*.

Despacho n.º 4526/14
de 10 de Novembro

Tendo a Senhora Maria Filomena Fernandes Guedes, Auxiliar de Limpeza Principal, colocada no Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Kwanza-Sul, atingido mais de 35 anos de serviço;

Existindo a necessidade de se estabelecer os procedimentos para a aposentação do referido Magistrado Judicial, de acordo com o Decreto n.º 40/08, de 2 de Junho, sobre a protecção na velhice através da atribuição da pensão de reforma por velhice;

No uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — Sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril e a Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro — Lei de Bases da Protecção Social e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Maria Filomena Fernandes Guedes, Auxiliar de Limpeza Principal, colocada no Departamento Provincial de Identificação Civil e Criminal do Kwanza-Sul, desvinculada por tempo de serviço, nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril.

Publique-se.

Luanda, 9 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguêira*.

Despacho n.º 4527/14
de 10 de Novembro

Tendo Maria de Fátima Gaspar, Operária Qualificada de 2.ª Classe, colocada na Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, atingido mais de 35 anos de serviço;

Existindo a necessidade de se estabelecer os procedimentos para a aposentação do referido Magistrado Judicial, de acordo com o Decreto n.º 40/08, de 2 de Junho, sobre a protecção na velhice através da atribuição da pensão de reforma por velhice;

No uso da faculdade que me é conferida pelo estipulado no artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — Sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril e a Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro — Lei de Bases da Protecção Social e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Maria de Fátima Gaspar, Operária Qualificada de 2.ª Classe, colocada na Conservatória dos Registos da Comarca do Kwanza-Sul, desvinculada por tempo de serviço, nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril.

Publique-se.

Luanda, 9 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 4528/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

E, tendo Edna Vanessa Cardoso Neto, Escrivã de Direito de 3.ª Classe, solicitado a sua transferência para o Ministério das Finanças;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, ao abrigo do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do disposto no artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro — sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, que vem regulamentar o procedimentos administrativos a observar na mobilidade do pessoal vinculado ao sector público administrativo a nível da Administração do Estado e, com o estipulado no Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Edna Vanessa Cardoso Neto, Escrivã de Direito de 3.ª Classe, colocada no Gabinete dos Assuntos Técnicos — Jurídicos, transferida para o Ministério das Finanças, com efeitos a partir da data do presente Despacho.

Publique-se.

Luanda, aos 6 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 4529/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Tendo a funcionária Dilma Antónia Reis Esteves Chuva, solicitado uma licença registada, por razões académicas;

Em conformidade com os poderes Delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com os artigos 30.º e 31.º, ambos do Decreto-Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, que aprova o Regime Jurídico das Férias, Faltas e Licenças na Administração Pública e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É concedida, Licença Registada, com perda de remuneração a Dilma Antónia Reis Esteves Chuva, nomeada 2.ª Ajudante de Notário, colocada no 3.º Cartório Notarial de Luanda, por período de 6 meses, com efeitos a partir da data da assinatura do presente Despacho.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 4530/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Tendo sido criado o Centro de Resoluções Extrajudiciais de Litígios, por Decreto Executivo n.º 244/14, de 4 de Julho, havendo necessidade de ser nomeado o Coordenador Administrativo, nos termos do artigo 7.º;

Em conformidade com os Poderes Delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com os artigos 8.º e 31.º, ambos do Decreto Presidencial n.º 25/91, de 29 de Junho, que aprova o Regime Jurídico de Constituição da República de Angola, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Esmeralda de Jesus Mateus Marques da Costa Manguiera, Notária-Adjunta, nomeada em comissão de serviço para exercer, em acumulação, as funções de Coordenadora Administrativa do Centro de Resoluções Extrajudiciais de Litígios, com efeitos a partir da data da assinatura do presente Despacho.

Publique-se.

Luanda, 16 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Manguiera*.

Despacho n.º 4531/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Tendo sido criado o Centro de Resoluções Extrajudiciais de Litígios, por Decreto Executivo n.º 244/14, de 4 de Julho, havendo necessidade de ser nomeado o Coordenador dos Serviços, nos termos do artigo 12.º;

Em conformidade com os Poderes Delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 8.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que aprova o Regime Jurídico de Constituição,

Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Adão Henriques Marcelino Alexandre da Silva, Escrivão de Direito de 3.ª Classe, nomeado em comissão de serviço para exercer, as funções de Coordenador dos Serviços de Mediação e Conciliação do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, com efeitos a partir da data da assinatura do presente Despacho.

Publique-se.

Luanda, 22 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

Despacho n.º 4532/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Tendo sido criado o Centro de Resoluções Extrajudicial de Litígios, por Decreto Executivo n.º 244/14, de 4 de Julho, havendo necessidade de ser nomeado o Coordenador dos Serviços, nos termos do artigo 12.º;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 8.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que aprova o Regime Jurídico de Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Custódio da Graça Moreira João, Ajudante de Escrivão de Direito de 3.ª Classe, nomeado em comissão de serviço para exercer as funções de Coordenador do Serviço de Arbitragem do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, com efeitos a partir da data da assinatura do presente Despacho.

Publique-se.

Luanda, 22 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

Despacho n.º 4533/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Tendo sido criado o Centro de Resoluções Extrajudicial de Litígios, por Decreto Executivo n.º 244/14, de 4 de Julho, havendo necessidade de ser nomeado o Coordenador dos Serviços, nos termos do artigo 12.º;

Em conformidade com os Poderes Delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do artigo 2.º

do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, sobre Delegação de Poderes dos Ministros de Estado e Ministros, conjugado com o artigo 8.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que aprova o Regime Jurídico de Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública e o Decreto Presidencial n.º 121/13, de 23 de Agosto, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É Osvaldo Alexandre Mendes Pedro, Ajudante de Escrivão de Direito de 3.ª Classe, nomeado em comissão de serviço para exercer, as funções de Coordenador dos Serviços de Informação e Consulta Jurídicas do Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, com efeitos a partir da data da assinatura do presente Despacho.

Publique-se.

Luanda, 22 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Rui Jorge Carneiro Mangureira*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Despacho n.º 4534/14
de 10 de Novembro

Considerando que o Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho sobre o Regime Jurídico de Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública, prevê no seu artigo 26.º, o destacamento como modalidade de modificação da relação jurídica de emprego na função pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É Maria Manuela dos Prazeres João, Técnica Média de 3.ª Classe, cedida, em regime de destacamento, para o Ministério das Pescas.

2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

Despacho n.º 4535/14
de 10 de Novembro

Considerando que o Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho sobre o Regime Jurídico de Constituição, Modificação e Extinção da Relação Jurídica de Emprego na Administração Pública, prevê no seu artigo 26.º, o destacamento como modalidade de modificação da relação jurídica de emprego na função pública;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, combinado com a alínea d) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 100/14, de 9 de Maio, determino:

1. É Johnson Morais Segunda, Técnico Médio de 3.ª Classe do Instituto do Desenvolvimento Agrário, cedido, em regime de destacamento, ao Governo Provincial do Kwanza-Sul.
2. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Despacho n.º 4536/14
de 10 de Novembro

Havendo necessidade de se prover o cargo de Motorista Pessoal do Secretário de Estado dos Petróleos para a Inspeção e Documentação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, que estabelece a composição e o regime jurídico do pessoal dos Gabinetes dos Membros do Governo, determino:

Hélder Mário Gonçalves da Silva nomeado para em comissão de serviço, exercer o cargo de Motorista Pessoal do Secretário de Estado dos Petróleos para a Inspeção e Documentação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Setembro de 2014;

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 4537/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É dada por finda a comissão de serviço que *Maria Lopes Quitumba* vinha exercendo nas funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Interno, para as quais havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 0288/13, de 1 de Novembro, da Ministra do Comércio.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 29 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 4538/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Teresa Benedito Contreiras, integrada em regime de transferência, ao quadro de pessoal do Ministério do Comércio, com a categoria de Subinspectora de 3.ª Classe de acordo com o Despacho Interno n.º 657/2014, de 3 de Agosto, do Governador da Província de Malanje.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, 26 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 4539/14
de 10 de Novembro

Havendo necessidade de se preencher a vaga de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Interno;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto n.º 68/02, de 29 de Outubro, determino:

1. É Adilson Pascoal Neto da Costa nomeado para em comissão de serviço, exercer as funções de Motorista do Gabinete do Secretário de Estado para o Comércio Interno com a categoria de Motorista de Ligeiros Principal.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, 29 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 4540/14
de 10 de Novembro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago no cargo de Chefe de Departamento da Escola Nacional do Comércio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Maria Liana Monteiro de Carvalho Neto nomeada para em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Tecnologia de Informação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, 30 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

Despacho n.º 4541/14
de 10 de Novembro

Havendo necessidade de se preencher o lugar vago no cargo de Chefe de Departamento da Escola Nacional do Comércio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/14, de 29 de Abril, determino:

1. É Marcos Evangelista de Jesus nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Chefe de Departamento de Administração e Finanças.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, 30 de Setembro de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.

MINISTÉRIO DA CONSTRUÇÃO**Despacho n.º 4542/14**
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea g) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 106/14, de 19 de Maio, determino:

1. É Margarida Severino da Silva nomeada para exercer em Regime de Destacamento, a função de Técnica de Informática, com a categoria de Técnica de 3.ª Classe, no Gabinete do Secretário de Estado da Construção, com efeitos a partir de 5 de Setembro de 2014.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 24 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Waldemar Pires Alexandre*.

MINISTÉRIO DO URBANISMO E HABITAÇÃO**Despacho n.º 4543/14**
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea h) do n.º 2, artigo 5.º, do Decreto Presidencial n.º 104/14, de 16 de Maio, determino:

É dada por finda a comissão de serviço que Usias Raimundo Chivutucua, vinha exercendo no cargo de Chefe de Secção de Estudo e Análise Legislativa do Gabinete Jurídico, do Ministério do Urbanismo e Habitação, para o qual havia sido nomeado, através do Despacho n.º 654/13, de 19 de Fevereiro.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Outubro de 2014.

O Ministro, *José António M. da Conceição e Silva*.

MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS**Despacho n.º 4544/14**
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Observado o disposto na alínea k) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 116/14, de 30 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Energia e Águas, e da alínea b) do artigo 3.º do Decreto Presidencial n.º 163/14, de 18 de Junho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Ponto Único: — É António Pilartes Gomes Pereira nomeado para a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe do quadro de pessoal da Autoridade Reguladora de Energia Atómica.

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Setembro de 2014.

O Ministro, *João Baptista Borges*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 4545/14
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Domingos Vieira de Oliveira exonerado do cargo de Chefe de Secção do Património do Departamento de Administração e Serviços Gerais do Instituto de Telecomunicações Administrativas — INATEL, cargo que vinha exercendo por força do Despacho Interno n.º 192/11, de 24 de Agosto.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 22 de Setembro de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

Despacho n.º 4546/14
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 179/14, de 25 de Julho, determino:

1.º — É Domingos Vieira de Oliveira, Técnico Médio Principal de 1.ª Classe, transferido do Instituto de Telecomunicações Administrativas — INATEL para o Governo Provincial de Malanje.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, 22 de Setembro de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Despacho n.º 4547/14
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, determino:

1. É Maria Luísa Pinto Nunes Duarte Morais exonerada do cargo de Consultora no Gabinete da Ministra da Ciência e Tecnologia, para o qual havia sido nomeada por Despacho n.º 1370/14, de 4 de Agosto.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 13 de Outubro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 4548/14
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio, conjugado com o artigo 7.º do Decreto n.º 26/97, de 4 de Abril, determino:

1. É Gerson Domingos Mutunda Mário exonerado das funções de Técnico de Informática, no Gabinete do Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 3037/14, de 3 de Outubro.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 24 de Outubro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

Despacho n.º 4549/14
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto na alínea h) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 101/14, de 9 de Maio:

1. É nomeada em comissão de serviço, Sara Cristina Bernardo Solano Costa Cunha, para exercer o cargo de Consultora da Ministra da Ciência e Tecnologia.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Luanda, aos 13 de Outubro de 2014.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho n.º 4550/14
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É Manuel Maria Albino, Assessor Principal, desvinculado do quadro de pessoal deste Ministério, nos termos do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2014.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Agosto de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

Despacho n.º 4551/14
de 10 de Novembro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 102/14, de 12 de Maio, determino:

É António José Quipungo, Técnico Médio de 3.ª Classe, desvinculado do quadro de pessoal do Cefojor, nos termos do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91 de 29 Junho, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 8 de Setembro de 2014.

O Ministro, *José Luís de Matos Agostinho*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 4552/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço;

Ao abrigo do disposto no Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, que estabelece os procedimentos para aposentação dos funcionários públicos;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 15.º n.º 2 do Decreto n.º 3/08, de 4 de Março, determino:

Artigo Único: — São os Professores do I e II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado abaixo indicados colocados em diversas instituições da Província de Luanda, desvinculados para efeitos de reforma dos quadros do Ministério da Educação, designadamente:

1. António Cabral Machado, Agente n.º 01404053, colocado no Instituto Médio Politécnico Pascoal Luvualu, com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, com 56 anos de idade e 36 anos de serviço.

2. Ângela Mariana de Sousa, Agente n.º 07918818, colocada na Escola n.º 5046, Viana, com a categoria de Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, com 52 anos de idade e 24 anos de serviço.

3. António Azevedo Quissongo Gando, Agente n.º 06268181, colocado na Escola 4019, com a categoria de Coordenador de Disciplina de Círculo de Interesse Ensino, com 62 anos de idade e 43 anos de serviço.

4. Benedito Quibuca, Agente n.º 08652630, colocado na Escola n.º 6045 K. Kiayi, com a categoria de Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, com 60 anos de idade e 38 anos de serviço.

5. Domingas Francisco João Agostinho, Agente n.º 01383871, colocado na Direcção Provincial da Educação de Luanda, com a categoria de Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, com 57 anos de idade e 36 anos de serviço.

6. Epifânio Nzambi Manuel, Agente n.º 10410785, colocado no Instituto Médio Politécnico Pascoal Luvualu, com a categoria de Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, com 58 anos de idade e 36 anos de serviço.

7. Fernando Manuel, Agente n.º 07189934, colocado no Instituto Médio Neves e Sousa com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 2.º Escalão, com 54 anos de idade e 35 anos de serviço.

8. Isabel João Francisco António, Agente n.º 08620794, colocada na Escola 5036, Viana, com a categoria de Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, com 55 anos de idade e 35 anos de serviço.

9. João Quissêma, Agente n.º 08653664, colocado na Escola n.º 6003, Kilamba Kiayi, com a categoria de Subdirector do Ensino Secundário de Mais de 1500 Alunos, com 55 anos de idade e 36 anos de serviço.

10. Maria Adelaide Fernandes Cafala, Agente n.º 08630864, colocada no Instituto Médio Politécnico Pascoal Luvualu, com a categoria de Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, com 54 anos de idade e 35 anos de serviço.

11. Mariano António Barros, Agente n.º 08627313, colocado na Escola n.º 5008, Viana, com a categoria de Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, com 54 anos de idade e 36 anos de serviço.

12. Maria Miguel Fernandes Martins, Agente n.º 00564984, colocada no Instituto Médio Industrial, com a categoria de Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, com 63 anos de idade e 39 anos de serviço.

13. Laurinda Nicolau Baptista, Agente n.º 08066599, colocada na Escola n.º 3049, Cazenga, com a categoria de Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, com 53 anos de idade e 36 anos de serviço.

14. Rosa Angélica Morais Vieira, Agente n.º 06297716, colocada na Escola Ngola Zinga, com a categoria de Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, com 56 anos de idade e 36 anos de serviço.

15. Sebastião Augusto Francisco, Agente n.º 00316401, colocado na Delegação Provincial da Educação de Luanda, com a categoria de Assessor Principal, com 59 anos de idade e 39 anos de serviço.

16. Pedro Baptista Messani, Agente n.º 07897708, colocado na Escola n.º 1028 Pedalé, com a categoria de Professor do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, com 71 anos de idade e 37 anos de serviço.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 4553/14
de 10 de Novembro

Compulsado o processo disciplinar instaurado a Andrea Iris Merino Vilar, docente do Instituto Médio Industrial de Luanda, com a categoria de Professora do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, ficou provado que a mesma praticou actos de indisciplina, que se consubstanciaram em:

Ter se ausentado do seu local de trabalho sem autorização do seu superior hierárquico por mais de 30 dias úteis seguidos, i.é. desde o dia 6 de Fevereiro de 2014 até a presente data.

Considerando que tal comportamento constitui violação aos seus deveres consignados no artigo 4.º n.º 10 do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, passível de «demissão» por força do consignado no artigo 46.º do mesmo Diploma Legal;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estipulado no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1. É Andrea Iris Merino Vilar sancionada com a pena de «demissão» prevista no artigo 10.º alínea e) do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. Dê-se a conhecer a infractora.

3. Arquive-se no respectivo processo individual. Publique-se.

Luanda, aos 3 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 4554/14
de 10 de Novembro

Tendo-se comprovado em processo disciplinar contra si instaurado que Nsacalo Domingos Maceu, docente colocado no Instituto Médio Industrial de Luanda, Província de Luanda, com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, ficou provado que o mesmo praticou actos de indisciplina, consubstanciados em:

Ter se ausentado do seu local de trabalho sem autorização do seu superior hierárquico por mais de 30 dias úteis e consecutivos, i.é. desde o dia 6 de Fevereiro de 2014 até ao dia 24 de Março de 2014.

Considerando que tal comportamento constitui violação dos seus deveres consignados no artigo 4.º, n.ºs 1, 3 e 10 do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, passível de «demissão», por força da disposição combinada no artigo 46.º, todos do Diploma acima citado.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1. É Nsacalo Domingos Maceu sancionado com a pena de «demissão» prevista no artigo 10.º, alínea e), do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. Dê-se a conhecer ao infractor.

3. Arquive-se no respectivo processo individual. Publique-se.

Luanda, aos 3 de Setembro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 4555/14
de 10 de Novembro

Compulsado o processo disciplinar instaurado ao Jaime Kafuma Katchokota Ventura, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, colocado no Instituto Médio Politécnico de Cacuaco n.º 4072, ficou provado que o mesmo praticou actos de indisciplina, consubstanciados em:

Ter-se ausentado do local de serviço sem autorização do seu superior hierárquico e sem prestar qualquer justificação, por um período superior a trinta (30) dias úteis e consecutivos, i.é. desde o dia 7 de Março 2014 até a presente data.

Considerando que tal comportamento constitui violação dos seus deveres consignados nos n.ºs 3 e 10 do artigo 4.º, do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, passível de «Demissão» por força do consignado nos artigos 46.º e 11.º alínea e) do Diploma acima citado;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1. É Jaime Kafuma Katchokota Ventura, sancionado com a pena de «Demissão» previsto no artigo 10.º alínea e) do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. Dê-se a conhecer ao infractor.

3. Arquive-se no respectivo processo individual.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 4556/14

de 10 de Novembro

Compulsado o processo disciplinar instaurado ao docente Avidio dos Santos, com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 00562749, colocado no Instituto Médio Industrial de Luanda, Província de Luanda, ficou provado que o mesmo praticou actos de indisciplina, consubstanciados em:

Ter-se ausentado do seu local de trabalho por um período superior a 30 dias úteis consecutivos, i.é, desde 6 de Fevereiro a 24 de Março de 2014;

Considerando que tal comportamento constitui violação dos seus deveres consignados no artigo 4.º, n.ºs 1, 3 e 10 do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1. É Avidio dos Santos, com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 3.º Escalão, Agente n.º 00562749, sancionado com a pena de «multa» prevista no artigo 10.º alínea c) do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. A multa traduz-se no desconto de 1/3 do vencimento do funcionário durante 60 (sessenta dias). —

3. Dê-se a conhecer ao infractor.

4. Arquive-se no respectivo processo individual.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 4557/14

de 10 de Novembro

Compulsado o processo disciplinar instaurado ao docente José Pedro Paulo, com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado 4.º Escalão, Agente n.º 00560319, colocado no Instituto Médio Industrial de Luanda, Província de Luanda, ficou provado que o mesmo praticou actos de indisciplina, consubstanciados em:

Tendo dado um total de 25 (vinte e cinco) faltas interpostas sem justificação no presente ano lectivo, sendo 10 faltas no mês de Fevereiro e 15 no mês de Março;

Considerando que tal comportamento constitui violação dos seus deveres consignados no artigo 4.º n.ºs 1, 3 e 10 do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1. É José Pedro Paulo, com a categoria de Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 00560319, sancionado com a pena de «multa» prevista no artigo 10.º alínea c) do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho.

2. A multa traduz-se no desconto de 1/3 do vencimento do funcionário durante 60 (sessenta dias).

3. Dê-se a conhecer ao infractor.

4. Arquive-se no respectivo processo individual.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

Despacho n.º 4558/14

de 10 de Novembro

Ao abrigo do artigo 26.º n.º 2 e n.º 4 do Decreto n.º 25/91 de 29 de Junho, que estabelece o regime da constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública, tendo interrompido o seu pedido o destacamento para o qual havia sido autorizado.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

É João Alberto Floriano Donito, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 11174022, afecto ao Instituto Médio Politécnico «Alda Lara», Província de Luanda, reenquadrado para o quadro do Ministério da Educação colocado no Instituto «Alda Lara».

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Outubro de 2014.

O Ministro, *Pinda Simão*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 4559/14
de 10 de Novembro

Havendo necessidade de promover os funcionários do Ministério da Cultura, do quadro de pessoal do regime geral, de acordo com o regime jurídico de progressão dos funcionários públicos, nos termos do artigo 18.º do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro e da alínea e) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Promoção)

É Maria Fernanda Sebastião Quitumbo, Agente n.º 04082153, promovida para categoria de Primeira Oficial, do quadro de pessoal do regime geral do Ministério da Cultura.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 22 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

Despacho n.º 4560/14
de 10 de Novembro

Havendo necessidade de promover os funcionários do Ministério da Cultura, do quadro de pessoal do regime geral, de acordo com o regime jurídico de progressão dos funcionários públicos, nos termos do artigo 18.º do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e do artigo 26.º do Decreto n.º 51/09, de 16 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Promoção)

É Edna Lucília Pereira Martins da Cruz, Agente n.º 12008917, promovida para a categoria de Técnica Média de 2.ª Classe, do quadro de pessoal do regime geral do Arquivo Nacional de Angola do Ministério da Cultura.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 22 de Agosto de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Resolução n.º 104/14
de 10 de Novembro

Havendo necessidade da realização dos serviços técnicos municipalizados de saneamento, recolha de resíduos sólidos, desassoreamento das valas, valetas, sarjetas, terraplanagem das vias secundárias e terciárias, trabalho de encanamento, capina, jardinagem, poda e caiação de árvores, remoção de lixo ferroso, desinfecção com meios de fumigação, abastecimento de água potável às comunidades, campanhas de vacinação anti-rábica e proceder a captura de animais vadios, a gestão do parque auto, manutenção, abastecimento de combustíveis e lubrificantes dos meios técnicos;

Tendo em conta que o conjunto dos serviços referidos requer, para a sua concretização, entidades tecnicamente capazes;

Considerando a necessidade da reorganização da Unidade Técnica e Comunitária;

A Administração Municipal, nos termos do disposto no artigo 45.º n.º 6 da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com os artigos 3.º e 5.º do Decreto Presidencial n.º 278/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal de Cacuaco, emite a seguinte resolução:

ARTIGO 1.º

É aprovada a reorganização da Unidade Técnica e Comunitária de Cacuaco, adiante designada abreviadamente «UTCOM — Cacuaco».

ARTIGO 2.º

É aprovado o Estatuto Orgânico da Unidade Técnica e Comunitária.

ARTIGO 3.º

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação da presente Resolução são dirimidas pelo Administrador Municipal.

ARTIGO 4.º

São revogadas as disposições que contrariam o presente Diploma.

Aprovada em Secção Ordinária da Administração Municipal de Cacuaco, no dia 2 de Outubro de 2014.

Publique-se.

Gabinete do Administrador Municipal de Cacuaco, em Cacuaco, aos 2 de Outubro de 2014. — O Administrador, *Carlos Alberto Cavuquila*.

ESTATUTO ORGÂNICO DA UNIDADE TÉCNICA COMUNITÁRIA DE CACUACO

CAPÍTULO I Natureza, Sede e Atribuições

ARTIGO 1.º (Natureza)

1. A Unidade Técnica e Comunitária de Cacuaço, designada abreviadamente por «UTCOM — Cacuaço», é um serviço personalizado e especializado que assegura a operacionalidade e execução técnica das acções de intervenção técnica definidas pela Administração Municipal, bem como a realização de serviços municipalizados solicitados directamente por pessoas singulares ou colectivas sediadas no Município, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

2. A Unidade Técnica Comunitária actua sob a tutela e superintendência da Administração Municipal, com perspectiva de evolução para uma empresa municipal.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

A Unidade Técnica e Comunitária tem as seguintes atribuições:

- Realizar trabalhos de terraplanagem das vias secundárias e terciárias;
- Proceder o desassoreamento e reperfilamento das valas de drenagens;
- Realizar trabalhos de engalanamento, capina, jardinagens, poda e caiação de árvores;
- Garantir a remoção de lixo ferroso;
- Assegurar a manutenção da rede de iluminação pública e de fornecimento de água;
- Garantir a desinfestação com meios de fumigação;
- Assegurar o abastecimento de água potável as comunidades rurais;
- Realizar campanhas de vacinação anti-rábica e proceder a captura de animais vadios;
- Assegurar a gestão do Parque Auto, manutenção e abastecimento de combustível e lubrificantes dos meios técnicos.

CAPÍTULO II Organização e Competências

SECÇÃO I Organização

ARTIGO 3.º (Estrutura Orgânica)

A Unidade Técnica e Comunitária tem a seguinte composição orgânica:

- Direcção;
- Brigada de Terraplanagem;

- Brigada de Energia e Abastecimento de Água;
- Brigada de Fumigação;
- Brigada de Vacinação e Captura de Animais Vadios;
- Brigada de Capina, Poda e Caiação de Árvores;
- Brigada de Jardinagem;
- Serviços Administrativo;
- Oficina Geral.

SECÇÃO II Competência

ARTIGO 4.º (Direcção)

1. A Unidade Técnica é dirigida por um Director, nomeado em comissão ordinária de serviço por Despacho do Administrador Municipal, a quem compete:

- Dirigir, orientar e controlar a actividade dos Chefes de Brigadas e conceber a metodologia de trabalho;
- Participar nas reuniões do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social e outras reuniões convocadas pela Administração Municipal;
- Velar pela ordem e disciplina dos funcionários, propor medidas que visam disciplinar comportamentos que lesam a ética e deontologia profissional;
- Elaborar projectos e emitir pareceres, sobre matérias que afectam a vida das populações nas comunidades;
- Elaborar propostas de orçamento para gestão racional dos recursos humanos e técnicos a disposição da Unidade Técnica;
- Elaborar relatórios periódicos, sobre o cumprimento das tarefas contidas no Plano Anual da Administração Municipal;
- Celebrar contratos de trabalho com o pessoal, nos termos da Lei Geral de Trabalho.

2. Os chefes das brigadas são nomeados por Despacho do Administrador Municipal sob proposta do Director da UTCOM.

3. Nas suas ausências e impedimentos o Director é substituído por um dos chefes por si indicado ou pelo Administrador Municipal.

ARTIGO 5.º (Brigada de Terraplanagem)

A Brigada de Terraplanagem é dirigida por um Chefe de Brigada e compete-lhe:

- Assegurar a terraplanagem das vias secundárias e terciárias;

- b) Garantir a limpeza, reperfilamento e desassoreamento das valas de drenagem, sarjetas, esgotos e outros locais de águas superficiais;
- c) A remoção de sucata e lixo ferroso na via pública e nas comunidades.

ARTIGO 6.º

(Brigada de Energia e Abastecimento de Água)

A Brigada de Energia e Abastecimento de Água é dirigida por um Chefe de Brigada e compete-lhe:

- a) Garantir a manutenção das redes de água;
- b) Assegurar a manutenção das redes de iluminação pública;
- c) Garantir o abastecimento de água as comunidades, escolas, hospitais e outras instituições autorizadas superiormente pela Administração Municipal.

ARTIGO 7.º

(Brigada de Fumigação)

A Brigada de Fumigação é dirigida por um Chefe de Brigada e compete-lhe:

- a) Assegurar o combate de insectos (mosquitos), transmissores de paludismo, através de processos de desinfestação ou fumigação;
- b) Executar outras tarefas que lhe forem indicadas.

ARTIGO 8.º

(Brigada de Vacinação e Captura de Animais Vadios)

A Brigada de Vacinação e Captura de Animais Vadios é dirigida por um Chefe de Brigada e compete-lhe:

- a) Aplicar vacinas contra raiva à animais;
- b) Proceder à captura de cães, macacos e gatos que circulam na via pública, sem o acompanhamento de seus donos;
- c) Proceder à recolha de animais atropelados ou mortos na via pública.

ARTIGO 9.º

(Brigada de Capina, Poda e Caiação de Árvores)

A Brigada de Capina, Poda e Caiação é dirigida por um Chefe de Brigada e compete-lhe:

- a) Proceder a capina em locais públicos;
- b) Proceder a poda e caiação de árvores;
- c) Garantir a pintura de passeios, lancis e fachadas de edifícios.

ARTIGO 10.º

(Brigada de Jardinagens)

A Brigada de Jardinagens é dirigida por um Chefe de Brigada e compete-lhe:

- a) Proceder a implantação, manutenção e conservação do jardim público;
- b) Executar outras tarefas que lhe forem superiormente orientados.

ARTIGO 11.º

(Serviços Administrativos)

1. O Serviço Administrativo é dirigido por um Chefe com a categoria de Chefe de Brigada e compete-lhe:

- a) Proceder a recepção, registo de entrada e saída de documentos;
- b) Proceder o controlo de entrada e saída do pessoal através da fiscalização do livro de ponto;
- c) Organizar uma base de dados para o controlo dos meios técnicos;
- d) Elaborar os mapas de execução financeira;
- e) Elaborar proposta do plano de férias do pessoal.

2. O Chefe dos Serviços Administrativos é nomeado pelo Administrador Municipal, sob proposta do Director da UTCOM.

ARTIGO 12.º

(Oficina Geral)

1. O Serviço de Oficina Geral é dirigido por um Chefe com a categoria de Chefe de Brigada e compete-lhe:

- a) Garantir o controlo e manutenção dos meios técnicos a disposição no Parque Auto da Administração Municipal;
- b) Catalogar todos os meios técnicos e mecânicos a disposição da Oficina Geral.

2. O chefe da oficina é nomeado por Despacho do Administrador Municipal sob proposta do Director da UTCOM.

CAPÍTULO III

Disposições Finais e Transitórias.

ARTIGO 13.º

(Quadro de Pessoal e Organigrama)

1. O pessoal da Unidade Técnica e Comunitária é o constante do anexo 1 que é parte integrante do presente Estatuto;

2. O Organigrama da Unidade Técnica é o constante do anexo 2 que é parte integrante do presente Estatuto.

3. A remuneração do pessoal da UTCOM é assegurada pelos recursos que lhe são afectados, bem como pelas receitas obtidas nos termos do artigo seguinte.

ARTIGO 14.º

(Recitas)

As receitas para ocorrer aos custos operacionais provêm da remuneração dos serviços que prestar aos munícipes, bem como das transferências da Administração Municipal e outras entidades, em função da execução dos projectos contratualizados.

ARTIGO 15.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que possam suscitar na aplicação e interpretação deste Estatuto são sanadas pelo Administrador Municipal.

Administração Municipal de Cacuaco, em Cacuaco, aos 2 de Outubro de 2014. — O Administrador, *Carlos Alberto Cavuquila*.

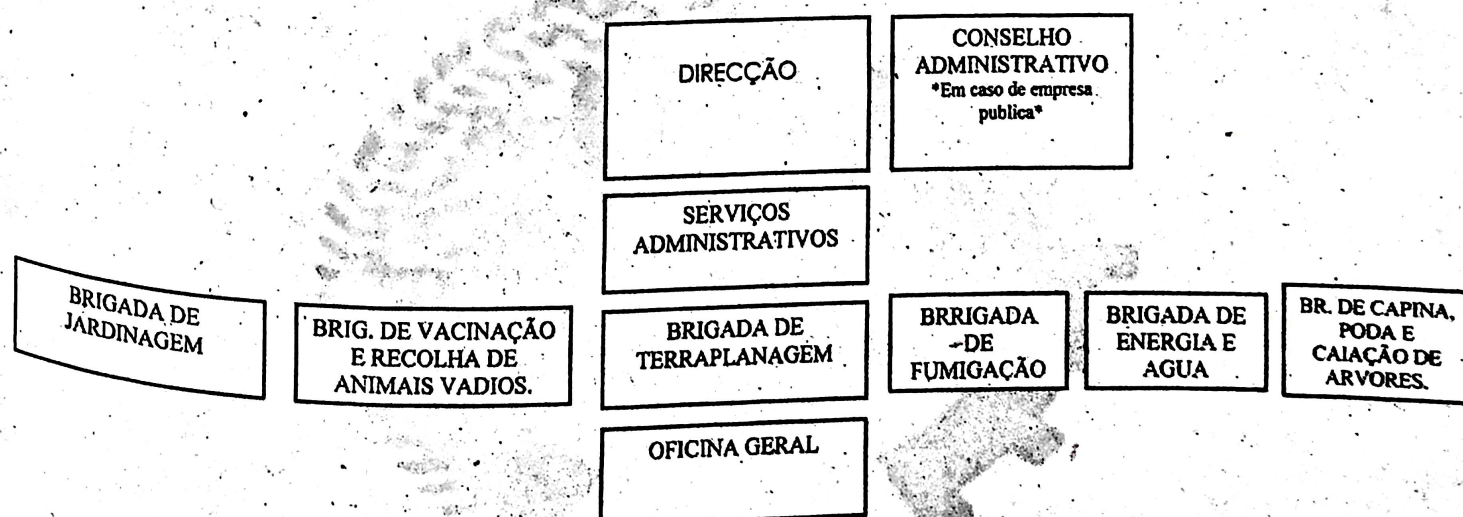
ANEXO I

Quadro do Pessoal da Unidade Técnica, a que se refere o n.º 1 do artigo 13.º

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	N.º de Lugares
Chefia	Director	1
	Chefes de Brigada	8
Técnicos Superiores	Engenheiro Civil	1
	Engenheiro Hidráulico	1
Técnicos Médios	Urbanista	1
	Contabilista	1
	Tesoureiro	1
	Administrativo	2
Pessoal Técnico	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	5
	Motorista de Pesados de 2.ª Classe	10
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	5
	Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe	5
	Operadores de Máquinas	10
	Serralheiros	2
	Marceneiros	2
	Jardineiros	10
	Pintores	8
	Electricistas	3
	Canalizadores	3
	Pedreiros	3
	Podadores	10
	Varredores	15
	Mecânicos	10
Total Geral		117

ANEXO II

Organigrama da Unidade Técnica, a que se refere o n.º 2 do artigo 13.º



Despacho n.º 4561/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Heitor Jorge da Piedade, Técnico Superior de 2.ª Classe, Agente n.º 89183619, exonerado do cargo de Chefe de Departamento Financeiro da Secretaria do Governo Provincial de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

Despacho n.º 4562/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço;

No uso das competências que me são conferidas pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Governo da Província de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determino:

1. É Rui Josefo Duarte nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Assessor do Governador Provincial de Luanda para Área Técnica.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 6 de Outubro de 2014. — O Governador, *Graciano Francisco Domingos*.

GOVERNO PROVINCIAL DE BENGUELA

Despacho n.º 4563/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e

Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Paulo Sapalo, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.ª Escalão, Agente n.º 08142113, exonerado a seu pedido, do cargo de Director da Escola do Ensino Primário de Kacute, Município do Cubal, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 916/08.02.03.031/GGPB/11, de 14 de Fevereiro.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, a 11 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4564/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Domingos Manjili, Agente n.º 05602270, exonerado das funções de Director da Escola Primário de Tchavolonga no Município do Chongoroi, pelo qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 232/08.02.03.03.01/GGPB/2006 de 9 de Fevereiro de 2007.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4565/14
de 10 de Novembro

Ao abrigo da disposição constante do artigo 46.º do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 31, 1.ª série, que estabelece o Regime Disciplinar dos Funcionários Públicos e Agentes Administrativos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Edmilson dos Reis Mateus D'Almeida, Técnico de 3.ª Classe, Agente n.º 08800168, demitido do quadro de pessoal da Administração Municipal do Cubal; por abandono de lugar.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 5 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4566/14
de 10 de Novembro

Ao abrigo da disposição constante do artigo 46.º do Decreto n.º 33/91, de 26 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 31, 1.ª série, que estabelece o Regime Disciplinar dos Funcionários Públicos e Agentes Administrativos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Inês de Nazaré Pilartes da Silva, Escriturária-Dactilógrafa, Agente n.º 88393970, demitida do quadro de pessoal da Administração Municipal do Cubal, por abandono de lugar.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 5 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4567/14
de 10 de Novembro

Ao abrigo das disposições constantes do artigo 26.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 27, 1.ª série, sobre o destacamento;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicada no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É dada por finda a comissão de serviço em regime de destacamento na Direcção Provincial da Saúde de Benguela de Paulo Viana, Agente n.º 08800548, para o qual havia sido colocado por Despacho n.º 103/2012, de 29 de Agosto.

2. É reintegrado no Gabinete Jurídico do Governo Provincial de Benguela, com a categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe.

3. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 5 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4568/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Paulo Sapalo, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 08142113, colocado na Direcção Provincial da Educação, Ciência e Tecnologia de Benguela, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, a 1 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4569/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para aposentação dos funcionários públicos, e do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e), do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Francelina Lialavo Binji, Auxiliar de Limpeza Principal, Agente n.º 05441217, colocada na Escola Nacional de Formação Rodoviária, Comandante Zaji, Município do Lobito, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, a 1 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4570/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1, do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É José Wombande, Operário Qualificado de 1.ª Classe, Agente n.º 05630444, colocado na Administração Municipal da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 5 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4571/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Sapalo Mosso Braz, Operário Qualificado de 2.ª Classe, Agente n.º 05631018, colocado na Administração Municipal da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, a 1 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4572/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É Tomás Kahunjo, Encarregado Qualificado, Agente n.º 05631142, colocado na Administração Municipal da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, a 1 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4573/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É José Paulo Monteiro, 3.º Oficial Administrativo, colocado na Administração Municipal da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, a 1 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4574/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Daniel Esmael, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 05602181, colocado na Secção Municipal de Educação, no Município do Chongoroi, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4575/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Domingos Muhango, Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe, Agente n.º 05605156, colocado na Escola do 1.º Nível 10 de Dezembro, no Município da Baía Farta, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4576/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Emiliano António, Professor do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 05594926, colocado na Escola do 1.º Nível Mártires, no Município da Ganda, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4577/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Joaquim Cambanda, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 2.º Escalão, Agente n.º 05610513, colocado na Repartição Municipal de Educação do Balombo, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4578/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Teresa Londjundju, Escriturária-Dactilografa, Agente n.º 05586430, colocada na Escola do I Nível da Taka, no Município de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4579/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Teresa Catumbo, Auxiliar Administrativa de Segunda, Agente n.º 06509213, colocada na Escola do I Nível do Cotei, no Município de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4580/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Rosa Ngueve, Auxiliar Administrativa de Segunda, Agente n.º 05584342, colocada na Escola do I Nível no Município de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4581/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Maria Paula Gaspar, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado 6.º Escalão, Agente n.º 11275355, colocada na Escola do I e II Níveis n.º 239 Graça, no Município de Benguela, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor. Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4582/14
de 10 de Novembro

A requerimento do funcionário, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É João Alfredo, Professor do Ensino Primário Auxiliar do 1.º Escalão, Agente n.º 08124776, colocado na Secção Municipal de Educação, no Município do Chongoroi, desvinculado dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4583/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição do n.º 1 do Despacho n.º 3/09, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 60, 1.ª série, sobre os procedimentos para a aposentação dos funcionários públicos, e do n.º 1 artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, sobre causa da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Maria Mariana, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1.º Escalão, Agente n.º 05580870, colocada na Coordenação Escolar Comunal do Dombe Grande, no Município da Bala-Farta, desvinculada dos serviços, a seu pedido, para efeitos de aposentação.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 11 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4584/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do n.º 2 do artigo 29.º, do Decreto n.º 25/91 de 29 de Junho e do Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, sobre transferências de funcionários públicos.

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

1. É Feliciane Nguve dos Santos Francisco Kongombo, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 11258859, transferida a seu pedido do Município do Balombo, para o Município do Lobito.

2. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 15 de Setembro de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

Despacho n.º 4585/14
de 10 de Novembro

A requerimento da funcionária, ao abrigo da disposição constante do artigo 32.º do Decreto n.º 10/94, de 24 de Junho, publicado no *Diário da República* n.º 25, 1.ª série, sobre licenças;

O Governador Provincial de Benguela, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, publicado no *Diário da República* n.º 142, 1.ª série, de 29 de Julho de 2010 — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, determina o seguinte:

É concedida licença ilimitada a Erene Gizela Neves Dela Cruz, Escriturária-Dactilógrafa, Agente n.º 88949249, colocada na Direcção Provincial da Saúde de Benguela.

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Benguela, aos 5 de Agosto de 2014. — O Governador, *Isaac Francisco Maria dos Anjos*.

GOVERNO PROVINCIAL DE MALANJE

Despacho n.º 4586/14
de 10 de Novembro

Convindo a actualizar as categorias dos docentes do Ensino Primário à luz do Novo Estatuto Orgânico da Carreira dos Docentes;

O Governador Provincial de Malanje, nos termos da alínea e), do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 1 do artigo 15.º do Decreto n.º 3/08, de 4 de Março, que aprova o Estatuto Orgânico da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação, determino:

§ Único: — São nomeados para a categoria de «Professores do Ensino Primário Auxiliar» os seguintes docentes:

N.º de Agente	Nome Completo	Organismo	Escalão
11662098	Basílio Matamba Queta Quitunga	393055	6.º Escalão
01616499	Domingos Pacheco Vundi	393056	2.º Escalão
11249032	Filomena Pedro Sicondo	393068	6.º Escalão
11659268	Janeth Damião Manuel	393112	6.º Escalão
01641994	Laurinda José Balanga	393071	2.º Escalão
01636013	Manuel Francisco António da Silva	393055	6.º Escalão

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Malanje, aos 10 de Novembro de 2014. — O Governador, *Norberto Fernandes dos Santos*.

Despacho n.º 4587/14
de 10 de Novembro

Convindo a actualizar as categorias dos docentes do Ensino Primário à luz do Novo Estatuto Orgânico da Carreira dos Docentes;

O Governador Provincial de Malanje, nos termos da alínea e), do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 1 do artigo 15.º do Decreto n.º 3/08, de 4 de Março, que aprova o Estatuto Orgânico da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação, determino:

§ Único: — São nomeados para a categoria de «Professores do Ensino Primário Diplomado» os seguintes docentes:

N.º de Agente	Nome Completo	Organismo	Escalão
01558466	Antónia Cabral Ribeiro	393112	3.º Escalão
01638621	Maria António José	393112	4.º Escalão
01632475	Teresa Sebastião Manuel	393112	4.º Escalão

O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Malanje, aos 10 de Novembro de 2014. — O Governador, *Norberto Fernandes dos Santos*.

INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Despacho n.º 4588/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea g) do n.º 2 do artigo 11.º do Estatuto Orgânico da Inspeção Geral da Administração do Estado, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 215/13, de 16 de Dezembro, determino:

Único: — É dada por finda a comissão de serviço que João Nascimento Bernardo vinha exercendo como Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe na residência do Inspector Geral da Administração do Estado, função para a qual havia sido nomeado por meu Despacho Interno n.º 58/IGE/11, de 12 de Dezembro.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Outubro de 2014.

O Inspector Geral do Estado, *Joaquim Mande*.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Despacho n.º 4589/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto n.º 46/02, de 13 de Setembro, que aprova o Estatuto do Instituto Nacional de Estudos Judiciários.

No uso da faculdade que me é conferida pelos artigos 4.º e 5.º alíneas c) e g) do referido Diploma legal, determino:

É José Morais da Fonseca, Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado em comissão de serviço, para exercer interinamente o cargo de Chefe de Departamento Administrativo e Serviços Gerais.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Julho de 2014.

A Directora Geral, *Vanda Lima Filipe*.

Despacho n.º 4590/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto n.º 46/02, de 13 de Setembro, que aprova o Estatuto do Instituto Nacional de Estudos Judiciários.

No uso da faculdade que me é conferida pelos artigos 1.º e 5.º alíneas c) e g) do referido Diploma legal, determino:

É Conceição Caculo Andrade, Técnico Superior de 2.ª Classe, nomeado em comissão de serviço, para exercer as funções de Chefe da Secção Pedagógica.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Agosto de 2014.

A Directora Geral, *Vanda Lima Filipe*.

Despacho n.º 4591/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo do Decreto n.º 46/02, de 13 de Setembro, que aprova o Estatuto do Instituto Nacional de Estudos Judiciários.

No uso da faculdade que me é conferida pelos artigos 1.º e 5.º alíneas c) e g) do referido Diploma legal, determino:

É Isabel Miguel Gonçalves Longa, Técnica Média de 3.ª Classe, nomeada para exercer as funções de Chefe da Secção de Pessoal.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Agosto de 2014.

A Directora Geral, *Vanda Lima Filipe*.

**INSTITUTO PARA O SECTOR
EMPRESARIAL PÚBLICO**

Despacho n.º 4592/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo da alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 37/09, que cria o Instituto para o Sector Empresarial Público, aprovado pelo Conselho de Ministros, publicado no *Diário da República* n.º 152, 1.ª série de 13 de Agosto, determino:

É Joaquina Elisa Soares Monteiro Rodrigues, Agente n.º 00618088, com a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º do Decreto n.º 22/96 de 23 de Agosto, com efeito a partir da data da homologação pelo Tribunal de Contas.

Publique-se.

Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, em Luanda, aos 27 de Junho de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Henda Esandju Nicolau da Silva Inglês*.

Despacho n.º 4593/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo da alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 37/09, que cria o Instituto para o Sector Empresarial Público, aprovado pelo Conselho de Ministros, publicado no *Diário da República* n.º 152, 1.ª série de 13 de Agosto, determino:

É Constância dos Prazeres Ferreira Joaquim, Agente n.º 00618094, com a categoria de Técnica Média de 3.ª Classe, nomeada definitivamente nos termos da alínea b) do artigo 1.º do Decreto n.º 22/96, de 23 de Agosto, com efeito a partir da data da homologação pelo Tribunal de Contas.

Publique-se.

Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, em Luanda, aos 27 de Junho de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Henda Esandju Nicolau da Silva Inglês*.

Despacho n.º 4594/14
de 10 de Novembro

Por conveniência de serviço público;

Ao abrigo da alínea d) do artigo 15.º do Decreto n.º 37/09, que cria o Instituto para o Sector Empresarial Público, aprovado pelo Conselho de Ministros, publicado no *Diário da República* n.º 152, 1.ª série de 13 de Agosto, determino:

É Sílvia Glória da Silva nomeada provisoriamente para a categoria de Técnica Superior de 2.ª Classe, lugar criado e não provido, com efeito a partir da data da homologação pelo Tribunal de Contas.

Publique-se.

Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, em Luanda, aos 27 de Junho de 2014. — O Presidente do Conselho de Administração, *Henda Esandju Nicolau da Silva Inglês*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 105/14
de 10 de Novembro

Considerando que a «Metalúrgica Nacional, Limitada», pessoa colectiva de direito angolano, com sede social em Luanda, no Bairro Kifica, Município de Belas, entidade residente cambial, Investidora Interna e «PORTIGRADE — Portas e Grades, Limitada, pessoa colectiva de direito português, com sede social em Lisboa, na Avenida Dom Vicente Afonso Valente, n.º 7, 4.º andar, entidade não residente cambial, Investidor Externo, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) uma Proposta de investimento externo.

Considerando que no âmbito desta proposta, a entidade não residente cambial pretende adquirir uma quota correspondente a 50% do capital social na sociedade «Metalúrgica Nacional, Limitada», cuja actividade principal é a produção de estruturas metálicas, guarnições em aço, inox e outros produtos afins.

Considerando que, o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, prestação de serviços nos diversos sectores económicos, assim como a melhoria da qualidade de vida das populações, aumento de infra-estruturas industriais, o aumento do emprego, bem como o fomento do empresariado angolano.

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Investimento da Proposta denominada «Metalúrgica Nacional, Limitada» no valor global de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), no Regime Contratual.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 28 de Agosto de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PROJECTO DE INVESTIMENTO PRIVADO METALÚRGICA NACIONAL, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional Para o Investimento Privado (ANIP), com sede social na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, do Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, no uso dos poderes de representação conferidos pelas disposições conjugadas do artigo 33.º n.º 1, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) e da alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho, doravante Estado;

E

Primeiro: — «Metalúrgica Nacional, Limitada», pessoa colectiva de direito angolano, entidade residente cambial, Investidora Interna, com sede social em Luanda, no Bairro Kifica, Município de Belas, neste acto representada, por Antonica Glória da Costa, doravante designada Investidora Interna; e

Segundo: — «PORTIGRADE — Portas e Grades, Limitada», pessoa colectiva de direito português, entidade não residente cambial, Investidora Externa, com sede social em Lisboa, na Avenida Dom Vicente Afonso Valente, n.º 7, 4.º andar, neste acto representada, por Antonica Glória da Costa, doravante designada Investidora Externa.

A Metalúrgica Nacional, Limitada» e a «PORTIGRADE — Portas e Grades, Limitada», quando referidas conjuntamente serão designadas Investidoras; e

O Estado Angolano e as Investidoras, quando referidos conjuntamente, serão designados como Partes.

Considerando que:

- As Investidoras já acumularam experiência no sector da indústria, que lhes permite o desenvolvimento de um novo negócio;
- Tendo em conta que o exercício de transformação e produção metalomecânica é um contributo ao processo de crescimento económico nacional e de participação das investidoras no processo de desenvolvimento económico do País;
- A «Metalúrgica Nacional, Limitada», deliberou a cedência de 50% das suas quotas a favor da investidora externa, «PORTEGRADE — Portas e Grades, Limitada», com o objectivo de obter o apoio tecnológico de equipamentos e processos produtivos para o desenvolvimento do projecto;

d) A «Metalúrgica Nacional, Limitada», será a sociedade executora ou veículo do projecto de investimento consubstanciado na concepção, desenvolvimento e execução de um empreendimento de uma unidade industrial de metalomecânica;

e) O Projecto «Metalúrgica Nacional, Limitada», vai contribuir para o processo de reconstrução nacional, criação de novos empregos, criação de valor acrescentado para a economia Nacional, sendo um empreendimento que responde aos objectivos da política de investimento de Angola.

As Partes, animadas pelo propósito da concretização do Projecto de Investimento, acordam livremente e de boa-fé e no interesse recíproco de cada uma delas, pela celebração do presente Contrato de Investimento que se rege pelo disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Natureza e objecto do Contrato)

1. O presente contrato tem natureza administrativa.
2. Constitui objecto do presente Contrato, a aquisição de uma quota correspondente a 50% do capital social na sociedade Metalúrgica Nacional Limitada cuja a actividade principal é a produção de estruturas metálicas, guarnições em aço inox e outros produtos afins.

CLÁUSULA 2.ª

(Localização geográfica do investimento e regime jurídico dos bens das Investidoras)

1. O projecto de investimento localizar-se-á no Bairro do Kifica, Município de Belas, na Província do Luanda, Zona de Desenvolvimento A, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.
2. Os bens de equipamentos adquiridos e introduzidos pelas Investidoras, bem como construções de instalações, para a execução do Projecto de Investimento estará sob o regime de propriedade privada, pertencendo a sociedade veículo ou executora do projecto.

CLÁUSULA 3.ª

(Sociedade veículo do Projecto)

Para a implementação do Projecto de Investimento os sócios da sociedade veículo, «Metalúrgica Nacional, Limitada», deliberaram a cessão de 50 % das suas quotas a favor da Investidora Externa «PORTIGRADE — Portas e Grades, Limitada», pelo que a mesma passará a ter a seguinte estrutura societária:

- a) Jorge Silvino de Moraes detentor de 25% das quotas;

b) Tiago Miguel Eiras Gomes detentor de 25% das quotas; e,

c) «PORTIGRADE — Portas e Grades, Limitada» detentora de 50% das quotas.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo e vigência do Contrato)

O presente Contrato entra em vigor na data da sua celebração e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Condições de exploração e gestão do empreendimento),

A gestão do Projecto de Investimento será efectuada pelas Investidoras em estrita conformidade com as condições de autorização prevista neste contrato, no CRIP — Certificado de Registo do Investimento Privado e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA 6.ª

(Objectivos a realizar pelo Projecto de Investimento)

1. Os objectivos a alcançar pelas Investidoras no prazo contratual são:

- a) Construir as infra-estruturas económicas, tais como edifícios, instalações, armazéns e escritório;
- b) Introduzir os equipamentos, maquinarias e acessórios necessários ao processo produtivo e administrativo do empreendimento;
- c) Implementar o programa de treinamento da força de trabalho nacional;
- d) Elaborar testes dos equipamentos e maquinarias.

2. Em conformidade com o disposto no artigo 27.º da Lei n.º 20/11, de 20 Maio (Lei do Investimento Privado) são objectivos do Projecto de Investimento:

- a) Induzir o crescimento da economia nacional;
- b) Aumentar a capacidade produtiva nacional, com base na incorporação de equipamentos;
- c) Induzir a criação de novos postos de trabalho nacionais;
- d) Reduzir as importações e contribuir para a melhoria da balança Comercial;
- e) Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante do Investimento)

1. O montante do investimento do projecto é de USD 2.000.000.00 (dois milhões de dólares norte-americanos).

2. No quadro do desenvolvimento do projecto e das necessidades do mercado, as Investidoras poderão, nos termos da legislação do investimento privado e cambial em vigor, solicitar autorização da ANIP para aumento do valor do investimento.

CLÁUSULA 8.^a
(Operação de Investimento)

1. Para efeitos do presente Contrato são operações de Investimento Interno, as constantes na alínea c) do artigo 10.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Para efeitos do presente Contrato são operações de investimento externo, as al. a), c) e d) constantes no artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. Por razões tecnológicas ou de rentabilização do empreendimento, sem prejuízos dos objectivos definidos com o empreendimento, as Investidoras poderão alterar os bens de Equipamentos do projecto, sem que seja afectado o alcance do objectivo do presente contrato.

CLÁUSULA 9.^a
(Formas de realização do Investimento)

1. Para efeitos do presente Contrato, são formas de realização do investimento interno, as constantes na alínea c) no artigo 11.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, designadamente, alocação de equipamentos no valor de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos).

2. Para efeitos do presente Contrato, são formas de realização do investimento externo, as constantes nas alíneas a) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, designadamente:

- a) Transferência de fundos próprios do exterior no valor de USD 300.000,00 (trezentos mil dólares norte-americanos); e
- b) Importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos, no valor de USD 700.000,00 (setecentos mil dólares norte-americanos).

CLÁUSULA 10.^a
(Forma de financiamento do Investimento)

O valor do Investimento do projecto será financiado através de fundos próprios das Investidoras, nos termos seguintes:

- a) USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos), a ser suportado pela Investidora Interna; e
- b) USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos), a ser suportado pela Investidora Externa.

CLÁUSULA 11.^a
(Programa de implementação e execução do Projecto)

1. O programa de implementação do projecto, está previsto para um período de 12 (doze) meses, conforme Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, que constitui Anexo I ao presente contrato.

2. O período de implementação está condicionado a obtenção dos necessários instrumentos administrativos

nomeadamente a emissão e obtenção de correspondentes licenciamentos ou autorizações administrativas públicas, se reputem necessários a sua concretização.

3. O Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, pode ser alterado pelas Investidoras, em razão de eventuais ocorrências e/ou omissão de qualquer facto, ficando à vontade dos mesmos e que impeçam a sua execução nos prazos previstos, devendo à ANIP ser informada.

CLÁUSULA 12.^a
(Força de Trabalho e Plano de Formação)

1. A implementação do projecto vai permitir a criação de 18 postos de trabalho, sendo 15 (quinze) para trabalhadores nacionais 3 (três) para trabalhadores estrangeiros, que no quinto ano espera-se atingir um total de 20 postos de trabalho.

2. O recrutamento dos trabalhadores para o projecto estará em conformidade com o Decreto n.º 5/95, de 17 de Abril e demais legislação em vigor.

3. As Investidoras deverão ministrar formação e treino aos trabalhadores nacionais, de modo a permitir a sua progressão profissional e o desempenho de cargos e funções progressivamente mais exigentes e de maior responsabilidade.

4. No desenvolvimento do projecto as Investidoras têm de cumprir com as obrigações inerentes à sua capacidade de empregador, constantes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e demais legislações em vigor.

CLÁUSULA 13.^a
(Impacto ambiental)

As Investidoras obrigam-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvar um adequado tratamento, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeiras, gestão de resíduos, e efluentes;
- b) Assegurar um adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos; e
- c) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

CLÁUSULA 14.^a
(Impacto económico e social do Projecto)

O impacto económico e social do Projecto de Investimento consistem no seguinte:

- a) Criação de 18 postos de trabalho, iniciando com 15 para trabalhadores nacionais, que no quadro de substituição de FTE por FTN evoluirá para 20 trabalhadores nacionais;
- b) Contribuição para a substituição de importações e propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno.

CLÁUSULA 15.^a
(Apoio institucional do Estado)

O Estado, devidamente representado pelas suas instituições públicas, de acordo com as respectivas competências e no alcance do interesse socioeconómico do Projecto de Investimento, compromete-se através dos seguintes órgãos:

- a) *ANIP*: — auxiliar os Investidores em relação ao Projecto de Investimento e conceder todas e quaisquer autorizações;
- b) *Ministério da Indústria*: — garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação da parte industrial do Projecto de Investimento;
- c) *Ministérios do Comércio*: — garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação da parte comercial do Projecto de Investimento;
- d) *BNA*: — designadamente do Departamento de Controlo Cambial, a emitir as respectivas licenças de importação de capitais autorizados, bem como as licenças de exportação de capitais que se venham a demonstrar necessárias, autorizando, para o efeito, a transferências dos montantes devidos no âmbito da Cláusula 10.^a do presente Contrato;
- e) *Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social*: — apoiar as acções de formação promovidas pela Sociedade;
- f) *Ministério da Construção e Habitação*: — garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação do Projecto de Investimento e à actividade da Sociedade.

CLÁUSULA 16.^a
(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento ao projecto preconizado, a ser efectuado pela ANIP no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os órgãos do Executivo procederão, nos termos e forma legalmente previstos, a fiscalização sectorial corrente e ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto de Investimento.

2. As Investidoras deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuir de natureza técnica, económica, financeira ou outra, relacionados com o Projecto de Investimento.

3. Para efeitos do número anterior, os técnicos da ANIP devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações adstritos ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultados as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

4. No quadro do desenvolvimento do Projecto de Investimento, o alargamento do objecto social, aumentos de capital social com recurso ao crédito externo, cessões de participações sociais no capital social da Sociedade, e demais alterações das condições constantes do Projecto de Investimento, devem ser previamente autorizados pela ANIP.

5. De acordo com o Cronograma de Execução que constitui o Anexo 1 ao presente Contrato, o Investidor obriga-se a fornecer anualmente à ANIP informações sobre a implementação e desenvolvimento do Investimento, os lucros e dividendos dos empreendimentos, preenchendo, para o efeito, e tal como decorre do n.º 1 do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, o formulário a ser adquirido na ANIP.

6. Durante o período de implementação do Projecto de Investimento, as Investidoras deverão elaborar e apresentar à ANIP relatórios com a informação atrás referida com uma periodicidade anual.

7. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

CLÁUSULA 17.^a
(Infracções e sanções)

No âmbito deste Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros diplomas em matérias do investimento privado, constituem infracções e respectivas sanções, as previstas nos artigos 87.º e 88.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 18.^a
(Resolução de litígios)

1. Os eventuais diferendos que possam surgir entre as partes em matérias de aplicação, interpretação ou integração das disposições do presente Contrato, ou de qualquer disposição legal, serão submetidos a arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Junho.

2. O tribunal será composto por 3 (três) membros, um nomeado pela requerente, outros pela requerida e o terceiro que desempenhará as funções de árbitro presidente, escolhido de comum acordo, pelos árbitros que as requerentes a requerida tiverem designado.

3. O tribunal considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a todos as Partes em disputa.

4. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda e decidirá segundo a Lei angolana.

5. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

6. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativas e irrecorríveis pelas Partes.

7. A decisão arbitral estabelecerá ainda quem deve suportar os custos da arbitragem e em que proporção.

CLÁUSULA 8.^a
(Operação de Investimento)

1. Para efeitos do presente Contrato são operações de Investimento Interno, as constantes na alínea c) do artigo 10.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Para efeitos do presente Contrato são operações de investimento externo, as al. a), c) e d) constantes no artigo 12.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. Por razões tecnológicas ou de rentabilização do empreendimento, sem prejuízos dos objectivos definidos com o empreendimento, as Investidoras poderão alterar os de bens de Equipamentos do projecto, sem que seja afectado o alcance do objectivo do presente contrato.

CLÁUSULA 9.^a
(Formas de realização do Investimento)

1. Para efeitos do presente Contrato, são formas de realização do investimento interno, as constantes na alínea c) no artigo 11.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, designadamente, alocação de equipamentos no valor de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos).

2. Para efeitos do presente Contrato, são formas de realização do investimento externo, as constantes nas alíneas a) e d) do artigo 13.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, designadamente:

- a) Transferência de fundos próprios do exterior no valor de USD 300.000,00 (trezentos mil dólares norte-americanos); e
- b) Importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos, no valor de USD 700.000,00 (setecentos mil dólares norte-americanos).

CLÁUSULA 10.^a
(Forma de financiamento do Investimento)

O valor do Investimento do projecto será financiado através de fundos próprios das Investidoras, nos termos seguintes:

- a) USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos), a ser suportado pela Investidora Interna; e
- b) USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares norte-americanos), a ser suportado pela Investidora Externa.

CLÁUSULA 11.^a
(Programa de implementação e execução do Projecto)

1. O programa de implementação do projecto, está previsto para um período de 12 (doze) meses, conforme Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, que constitui Anexo I ao presente contrato.

2. O período de implementação está condicionado a obtenção dos necessários instrumentos administrativos

nomeadamente a emissão e obtenção de correspondentes licenciamentos ou autorizações administrativas públicas, se reputem necessários a sua concretização.

3. O Cronograma de Implementação e Execução do Projecto, pode ser alterado pelas Investidoras, em razão de eventuais ocorrências e/ou omissão de qualquer factor, In nho à vontade dos mesmos e que impeçam a sua execução nos prazos previstos, devendo à ANIP ser informada.

CLÁUSULA 12.^a
(Força de Trabalho e Plano de Formação)

1. A implementação do projecto vai permitir a criação de 18 postos de trabalho, sendo 15 (quinze) para trabalhadores nacionais 3 (três) para trabalhadores estrangeiros que no quinto ano espera-se atingir um total de 20 postos de trabalho.

2. O recrutamento dos trabalhadores para o projecto estará em conformidade com o Decreto n.º 5/95, de 1 de Abril e demais legislação em vigor.

3. As Investidoras deverão ministrar formação e treino aos trabalhadores nacionais, de modo a permitir a sua progressão profissional e o desempenho de cargos e funções progressivamente mais exigentes e de maior responsabilidade.

4. No desenvolvimento do projecto as Investidoras têm de cumprir com as obrigações inerentes à sua capacidade de empregador, constantes da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio e demais legislações em vigor.

CLÁUSULA 13.^a
(Impacto ambiental)

As Investidoras obrigam-se a implementar o Projecto de Investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor que for aplicável, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvar um adequado tratamento, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeiras, gestão de resíduos, e efluentes;
- b) Assegurar um adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos; e
- c) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

CLÁUSULA 14.^a
(Impacto económico e social do Projecto)

O impacto económico e social do Projecto de Investimento consistem no seguinte:

- a) Criação de 18 postos de trabalho, iniciando com 15 para trabalhadores nacionais, que no quadro de substituição de FTE por FTN evoluirá para 20 trabalhadores nacionais;
- b) Contribuição para a substituição de importações e propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno.

CLÁUSULA 15.^a
(Apoio institucional do Estado)

O Estado, devidamente representado pelas suas instituições públicas, de acordo com as respectivas competências no alcance do interesse socioeconómico do Projecto de Investimento, compromete-se através dos seguintes órgãos:

- a) *ANIP*: — auxiliar os Investidores em relação ao Projecto de Investimento e conceder todas e quaisquer autorizações;
- b) *Ministério da Indústria*: — garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação da parte industrial do Projecto de Investimento;
- c) *Ministérios do Comércio*: — garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação da parte comercial do Projecto de Investimento;
- d) *BNA*: — designadamente do Departamento de Controlo Cambial, a emitir as respectivas licenças de importação de capitais autorizados, bem como as licenças de exportação de capitais que se venham a demonstrar necessárias, autorizando, para o efeito, a transferências dos montantes devidos no âmbito da Cláusula 10.^a do presente Contrato;
- e) *Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social*: — apoiar as acções de formação promovidas pela Sociedade;
- f) *Ministério da Construção e Habitação*: — garantir a emissão de todas as licenças que se mostrem necessárias à implementação do Projecto de Investimento e à actividade da Sociedade.

CLÁUSULA 16.^a
(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento ao projecto preconizado, a ser efectuado pela ANIP no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os órgãos do Executivo procederão, nos termos e forma legalmente previstos, a fiscalização sectorial corrente e ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do Projecto de Investimento.
2. As Investidoras deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuir de natureza técnica, económica, financeira ou outra, relacionados com o Projecto de Investimento.
3. Para efeitos do número anterior, os técnicos da ANIP devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações adstritos ao Projecto de Investimento, devendo ser-lhes facultados as condições logísticas necessárias, segundo um critério de razoabilidade, ao desempenho da sua missão.

4. No quadro do desenvolvimento do Projecto de Investimento, o alargamento do objecto social, aumentos de capital social com recurso ao crédito externo, cessões de participações sociais no capital social da Sociedade, e demais alterações das condições constantes do Projecto de Investimento, devem ser previamente autorizados pela ANIP.

5. De acordo com o Cronograma de Execução que constitui o Anexo 1 ao presente Contrato, o Investidor obriga-se a fornecer anualmente à ANIP informações sobre a implementação e desenvolvimento do Investimento, os lucros e dividendos dos empreendimentos, preenchendo, para o efeito, e tal como decorre do n.º 1 do artigo 71.º da Lei do Investimento Privado, o formulário a ser adquirido na ANIP.

6. Durante o período de implementação do Projecto de Investimento, as Investidoras deverão elaborar e apresentar à ANIP relatórios com a informação atrás referida com uma periodicidade anual.

7. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do Projecto de Investimento autorizado.

CLÁUSULA 17.^a
(Infracções e sanções)

No âmbito deste Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros diplomas em matérias do investimento privado, constituem infracções e respectivas sanções, as previstas nos artigos 87.º e 88.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 18.^a
(Resolução de litígios)

1. Os eventuais diferendos que possam surgir entre as partes em matérias de aplicação, interpretação ou integração das disposições do presente Contrato, ou de qualquer disposição legal, serão submetidos a arbitragem, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 16/03, de 25 de Junho.

2. O tribunal será composto por 3 (três) membros, um nomeado pela requerente, outros pela requerida e o terceiro que desempenhará as funções de árbitro presidente, escolhido de comum acordo, pelos árbitros que as requerentes a requerida tiverem designado.

3. O tribunal considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a todos as Partes em disputa.

4. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda e decidirá segundo a Lei angolana.

5. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

6. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativas e irrecorríveis pelas Partes.

7. A decisão arbitral estabelecerá ainda quem deve suportar os custos da arbitragem e em que proporção.

CLÁUSULA 19.^a (Força maior)

1. Será considerado caso de força maior, para efeitos do presente Contrato, toda e qualquer circunstância ou acontecimento irresistível que esteja fora do controlo razoável da parte por ela afectada, nomeadamente e sem carácter exaustivo, catástrofes naturais, tais como furações, inundações, incêndios, tremores de terra, ciclones, raios ou subversão, hostilidade ou invasão, sabotagem, distúrbios civis e greve ou paralisações ilegais.

2. A Parte afectada por um caso de Força Maior obriga-se a comunicar de imediato à outra Parte, bem como a indicar qual a duração previsível da situação de Força Maior e, se for o caso, as medidas que pretende por em prática a fim de remover ou minorar o impacto do referido evento.

3. Se, em virtude da sua duração prolongada, ou circunstância, a situação de Força Maior provar uma alteração do equilíbrio contratual inicial desde Contrato, dever-se-á proceder ao restabelecimento desse equilíbrio nos termos da cláusula seguinte.

CLÁUSULA 20.^a (Estabilidade do Contrato de Investimento)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola à presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias a pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar qualquer benefício ou vantagem desta situação.

2. As Partes poderão solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, em caso de verificar-se a alteração de circunstâncias referidas no número anterior, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista a reposição do equilíbrio contratual.

3. Qualquer alteração ao objectivo do Contrato resultante da modificação ao projecto de investimento e/ou a situação das Investidoras será comunicada de acordo com o presente contrato e demais legislação em vigor em Angola.

4. No caso dos bens, objecto de Investimento Privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento de uma indemnização justa, pronto e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de Maio, do Investimento Privado.

CLÁUSULA 21.^a (Notificações e comunicações)

1. As notificações e comunicações entre as Partes no âmbito do presente Contrato só se consideram validamente

realizadas se forem efectuadas por escrito, e entregues pessoalmente ou enviadas por correios, telecópia ou telefax, para os seguintes endereços:

a) ANIP

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício
Ministério da Indústria 9.º andar, Luanda
Telefone: +244 232 956
Fax: +244 232 956

b) Investidoras

Rua Catangogi, Município de Belas, Angola
Kifika, casa sem número, Luanda, Angola
+244 923 642 177 / 993 642 177
email: tiagonag@yahoo.com.br

2. Qualquer alteração dos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada por escrito às duas Partes.

CLÁUSULA 22.^a (Língua e exemplares)

1. As Partes acordam que todos os documentos contratuais, bem como os documentos que hajam sido trocados entre elas no âmbito da celebração do presente Contrato de Investimento, serão redigidos na língua portuguesa.

2. Se qualquer das Partes apresentar ou invocar documentos escritos em língua estrangeira, os mesmos só serão vinculativos e produzirão efeitos se forem traduzidos para a língua portuguesa.

3. O presente Contrato é celebrado em 4 (quatro) exemplares em língua portuguesa, com igual teor e efeito jurídico, sendo 1 (um) para a ANIP, 2 (dois) para as Investidoras e 1 (um) para a Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 23.^a (Boa-fé)

As Partes obrigam-se a actuar no âmbito do presente Contrato de acordo com os ditames da boa-fé e a não exercer qualquer direito ou faculdade de modo abusivo ou injustificadamente oneroso para a outra Parte.

CLÁUSULA 24.^a (Anexos ao Contrato)

São anexos ao presente Contrato de Investimento os seguintes:

- a) Anexo I — Cronograma de Implementação executiva do projecto;
- b) Anexo II — Plano de Formação; e
- c) Anexo III — Plano de substituição de Mão-de-Obra Estrangeira.

O presente Contrato de Investimento foi devidamente rubricado e assinado pelos representantes autorizados das Partes, em Luanda, aos 28 de Agosto de 2014, — A Presidente do Conselho de Administração da ANIP, Maria Luísa Perdigão Abrantes.

Pelas Investidoras, Antonica Glória da Costa.

ANEXO I

Cronograma de Implementação e Execução do Projecto

Número/ Ordem	Ações	Junho/Julho 2014	Agosto/Setembro 2014	Outubro/Novembro 2014	Dezembro/Janeiro 2015	Fevereiro/ Março 2015	Abril/Maio 2015
1	Aprovação do Projecto pela ANIP						
2	Emissão da Licença pelo BNA						
3	Importação de Fundos						
4	Aquisição de Equipamento e Realização de Benfeitorias ao Estaleiro						
5	Início da Actividade						

ANEXO II

Plano de Formação de Mão-de-Obra

1.1 Objectivos

Proporcionar a totalidade dos trabalhadores da nova unidade conhecimentos técnicos suficientes para o cabal desempenho das suas funções, bem como fornecer conhecimentos acessórios no sentido da progressão da carreira individual e de um processo de melhoria contínua da Empresa.

1.2 Actividades

Actividade 1 — formação através das equipas do fornecedor geral do projecto;

Actividade 2 — formação através das equipas dos vários fornecedores dos equipamentos;

Actividade 3 — formação através da empresa pelo projecto;

Actividade 4 — formação através de empresas nacionais e internacionais de formação, especializadas em áreas técnicas administrativas, do comportamento organizacional e da gestão.

1.3 Calendário

Início do ano corrente, processo de formação contínua.

1.4 Pessoas Envolvidas

Fornecedores do projecto;

Fornecedores de equipamentos;

Coordenador do projecto

Empresa de formação.

1.5 Perfis dos Formadores

Atendendo a especialidade técnica dos equipamentos a instalar no projecto, os formadores das áreas técnicas e de equipamentos serão Engenheiros das áreas especificadas e com reconhecida experiência no que concerne aos equipamentos e à prestação de acções de formação.

1.6 Locais da Formação

Todo o projecto de formação decorrerá nas instalações da Empresa, no que concerne às Acções no Posto de Trabalho (on Job Training), quer em sala, relativamente às acções de carácter mais teórico ou relativamente às Acções de simulação por Computador, máquinas, sistema de controlo de enchimento de frascos, embalagens, Materiais de segurança, sistema de vigilância entre outros, decorrerão em

salas devidamente adaptadas e equipadas atendendo ao teor das actividades a realizar.

1.7 Ferramentas/Abordagem

Catálogos, equipamentos e manuais técnicos dos equipamentos com base nas especificações técnicas dos equipamentos;

Formação concedida à medida das necessidades específicas da Empresa (Portegrad);

Programa de simulação por computador (computer Aided Training);

Formação em Sala.

2. Área de Formação Específica:

2.1 Objectivo:

Desenvolver o conhecimento e as competências específicas relacionadas com as actividades;

Conhecer a homogeneização das técnicas a serem aplicadas.

2.2 Conteúdo

Riscos associados às tarefas de trabalho e de apoio;

Prevenção e assistência em sinistros de trabalho;

Preparação e manutenção diária dos equipamentos pelos operadores;

Gestão administrativa do trabalho a executar.

Metodologia

Formação Presencial;

Formação a distância;

E-learning;

Formação no local de trabalho com supervisão de um perito da empresa;

Visitas ou permanência noutras empresas.

Materiais Necessários

Catálogos, equipamentos e manuais técnicos dos equipamentos;

Sala para formação com projector e computadores.

Beneficiários

Pessoal afecto a todas as áreas.

Data

2.º Trimestre de 2015.

ANEXO III

Plano de Substituição da Força de Trabalho Expatriada

Categoria	Ano 1		Total	Ano 2		Total	Ano 3		Total	Ano 4		Total	Ano 5	
	Nac.	Exp.		Nac.	Exp.		Nac.	Exp.		Nac.	Exp.		Nac.	Exp.
Direcção	4	1	5	4	1	5	4	1	5	4	1	5	4	1
Técnicos Superiores	2	4	6	2	4	6	4	0	4	4	0	4	4	0
Técnicos Médios	12	1	13	12	1	13	15	0	15	15	0	15	15	0
Administrativos	5	0	5	5	0	5	5	0	5	5	0	5	5	0
	0	0	0	0	0	0			0			0		
Total	23	6	29	23	6	29	28	1	29	28	1	29	28	1

O presente Contrato de Investimento foi devidamente rubricado e assinado pelos representantes autorizados das Partes em Luanda, aos 28 de Agosto de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração da ANIP, *Maria Luísa Pereira Abrantes*.

Pelas Investidoras, *Antónica Glória da Costa*.